

-----**ATA N.º 1/2022**-----

-----Aos vinte e cinco dias, do mês de fevereiro, do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas, no Auditório do Centro Cultural de Celorico da Beira, reuniu Ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Denise do Nascimento Fragona.-----

-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, secretariada pela Senhora Deputada Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva e pelo Senhor Deputado Luís Alberto Pereira Nunes Lourenço Marques, na qualidade de primeira e segundo secretários, respetivamente, declarou aberta a sessão. -----

-----**Efetuada a chamada compareceram a esta sessão os seguintes membros:**-----

-----José Miguel Neves Figueiredo;-----

-----Joaquim Lopes de Abreu;-----

-----Alexandra Isabel Henriques Sena;-----

-----Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva;-----

-----Carlos Miguel da Costa Cunha;-----

-----Francisco José Pereira Marques Cabral;-----

-----Luís Alberto Pereira Nunes Lourenço Marques;-----

-----Flávio Manuel Granjal de Sá;-----

-----Cláudia Maria Geraldês Aguiar;-----

-----Ana Cláudia Rodrigues Marques;-----

-----Mariana Flor Neves dos Santos;-----

-----Tiago Alexandre Dias dos Santos Silva;-----

-----José Jorge Silva;-----

-----Vera Patrícia Caçador de Almeida Rebelo;-----

-----António Santos;-----

-----Ricardo Jorge Almeida Coelho;-----

-----Armando Augusto, Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal; -----
-----João Filipe Ventura de Almeida Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia da Carrapichana;-----
-----Manuel Martins da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas do Soeiro; -----
-----Bruno Alexandre Castro de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia do Fornotelheiro;-----
-----Rui Filipe da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego;-----
-----Paulo dos Santos Cunha, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira; -----
-----André Diogo de Jesus Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão;-----
-----António Joaquim Fernandes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela; -----
-----Francisco Duarte Amaro Coito, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal;-----
-----João Carlos Ferreira dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Prados; -----
-----Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira; -----
-----Filipe Miguel Rosa Guerra, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares; -----
-----Rui Manuel Dias Bernardo, Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa; -----
-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da União de Freguesias de Cortiço da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais; -----
-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da União de Freguesias de Rapa e Cadafaz; -----
-----Fernando Fonseca Veiga, Presidente da União de Freguesias de Celorico da Beira (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego. -----

-----**FALTA JUSTIFICADA – SESSÃO ORDINÁRIA DE TREZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM**-----

-----Após apreciar o pedido e tendo o mesmo sido apresentado no prazo estabelecido, a Mesa da Assembleia Municipal considerou justificada a falta do Senhor Deputado:-----

-----Francisco José Pereira Marques Cabral.-----

-----Estiveram presentes nesta sessão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel da Fonseca Ascensão e os Senhores Vereadores José Albano Pereira Marques, Teresa Ferrão Cardoso, José Alfredo de Almeida Silva e Maria Teresa Carvalho Campos Meireles da Cunha.-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”, não tendo havido inscrições.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento dos assuntos tratados na Comissão Permanente realizada na Freguesia de Vale de Azares, onde foram recebidos pelos elementos da Junta de Freguesia. Informou que a próxima reunião da Comissão Permanente será realizada na Freguesia de Ratoeira.-----

-----Prosseguiu dando conhecimento que na reunião da Comissão Permanente foi entregue documentação aos Senhores Deputados, para que

tivessem conhecimento de três assuntos que iriam ser deliberados em reunião extraordinária de Câmara, ocorrida no dia vinte e quatro, para posteriormente ser votada a inclusão dos mesmos na Ordem do Dia. Esses assuntos careciam de aprovação urgente, nomeadamente o que diz respeito à Transferência de Competências no domínio da Ação Social, que caso não fosse aprovado nesta Sessão, implicaria a realização de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal. Os outros dois assuntos dizem respeito a *leasings* para aquisição de viaturas elétricas, cujo procedimento também tem prazos a cumprir. -----

-----De seguida, atenta a urgência dos assuntos e da sua aprovação propôs que fossem incluídos na Ordem de Trabalhos os seguintes pontos: -

-----**Leasing para a aquisição de viaturas elétricas (40013494123), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, passando o assunto a constar do Ponto dez da Ordem de Trabalhos.** -----

-----**Leasing para a aquisição de viaturas elétricas (053.44.000115-3), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, passando o assunto a constar do Ponto onze da Ordem de Trabalhos.** -----

-----**Proposta de prorrogação do prazo de transferência de competências no domínio da ação social, por se manter o entendimento de que não estão reunidas as condições necessárias para o seu exercício, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, passando o assunto a constar do Ponto doze da Ordem de Trabalhos.**-

-----Questionados os Senhores Deputados sobre a pretensão de intervir, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Cunha** que, após cumprimentar todos os presentes, apresentou um voto de solidariedade, que a seguir se reproduz integralmente:-----

-----**“VOTO DE SOLIDARIEDADE PARA COM O POVO UCRANIANO** -----

-----Na passada madrugada dia 24 de fevereiro, assistimos a uma violação flagrante do direito internacional, da integridade territorial da Ucrânia e dos acordos de Minsk. -----

-----Assistimos a uma escalada de agressão territorial imperialista com justificações étnicas/racistas para com o povo ucraniano, que visa intimidar um país soberano e estender a influência autocrática da Rússia para além das suas fronteiras.-----

-----Ao lembrarmos a história, lembramos a guerra fria, as mortes de pessoas inocentes às mãos de lunáticos e ditadores. -----

-----Nunca é tarde para cessar a guerra, dialogar e tentar compor o mal feito até agora.-----

-----A bancada do PSD de Celorico da Beira repudia as ações do presidente russo, Vladimir Putin, e manifesta toda a solidariedade para com a Ucrânia e os cidadãos ucranianos que residem em Portugal.-----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Celorico da Beira, reunida em sessão ordinária no dia 25 de fevereiro de 2022, aprova um voto de solidariedade para com o povo ucraniano.-----

-----Celorico da Beira, 25 de fevereiro de 2022 -----

-----O Grupo Municipal do PPD/PSD” -----

-----De seguida apresentou um Voto de Congratulação, que aqui se reproduz integralmente: -----

-----“VOTO DE CONGRATULAÇÃO PELA ELEIÇÃO DOS NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CELORICO DA BEIRA-----

-----No passado dia 18 de dezembro, foram eleitos os novos órgãos sociais da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Celorico da Beira.-----

-----«Sempre prontos» é um dos lemas adotados por esta associação humanitária, sendo certo que a atividade desenvolvida nestes 85 anos de vida, celebrados no passado dia 7 de fevereiro, materializou sempre esse propósito.-----

-----É comumente reconhecida entre a população celoricense a profunda gratidão e admiração pela forma de servir, com extraordinária coragem e determinação, do corpo ativo, que não hesita em avançar nas horas de

aflição dos seus concidadãos, sempre na defesa do bem maior, a vida, muitas vezes colocando em risco as suas próprias vidas. -----

-----A vida da associação foi, e é, sempre assegurada pelo voluntarismo de quem se entrega a uma das mais nobres manifestações de solidariedade e cidadania, no respeito pelo próximo em prol do bem comum. -----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Celorico da Beira, reunida em sessão ordinária no dia 25 de fevereiro de 2022, aprova um voto de congratulação pela eleição dos novos órgãos sociais da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Celorico da Beira, endereçando votos de um excelente mandato. -----

-----Celorico da Beira, 25 de fevereiro de 2022 -----

-----O Grupo Municipal do PPD/PSD” -----

-----Seguidamente passou a apresentar um Voto de Louvor, que aqui se reproduz integralmente: -----

-----“VOTO DE LOUVOR AO CIDADÃO MARCO PITT -----

-----No âmbito da Travessia Aérea do Atlântico Sul, proponho um Voto de Louvor para o Senhor Marco Pitt, pela elaboração do Livro «A Enigmática Travessia do Atlântico Sul, 1922» que tem sido um enorme sucesso e que muito nos honra. -----

-----Celorico da Beira, 25 de fevereiro de 2022 -----

-----O Grupo Municipal do PPD/PSD” -----

-----Continuou congratulando o Executivo de Celorico da Beira, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, uma vez que, em Assembleia Geral das Aldeias Históricas, foi eleito Presidente da rede de Aldeias Históricas de Portugal, o que muito honra todos os celoricenses. -----

-----Disse ainda que, relativamente ao projeto da Academia de Futebol, a realizar em Celorico da Beira, é sempre bom existir investimento no Concelho, neste caso a nível do desporto, e ver que Celorico é uma terra com potencial para este tipo de investimento. No entanto existem situações que o deixam revoltado, dado que sempre defendeu a descentralização de poderes e sobre o assunto houve muito alarido no que toca ao porquê de

ter sido escolhido Celorico da Beira. Enquanto dirigente de uma juventude partidária é de opinião que o que os motiva é fazer crescer o interior e a sua população e deixarem de ser um bocadinho bairristas. A Academia de Futebol teria de ir para onde lhe fossem oferecidas condições e Celorico da Beira deu as condições necessárias, bem como o Sporting Clube Celoricense. Nesse sentido, agradeceu ao Clube por mostrar que é um Clube ativo e que tem condições para poder receber a Academia de Futebol. Se o seu apelo, como jovem, é apelar ao poder central para que dê poderes e competências ao interior, não pode aceitar que essas competências fiquem na capital de distrito. Portanto, Celorico da Beira foi o escolhido, têm de apoiar esta decisão e contribuir para o desenvolvimento do Concelho. -----

-----No uso da palavra e após cumprimentar todos os presentes, o Senhor **Deputado José Jorge Silva** apresentou um Voto de Congratulação, que a seguir se reproduz integralmente: -----

-----“VOTO DE CONGRATULAÇÃO”-----

-----O Grupo Municipal do Partido Socialista vem, ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 57º do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, apresentar e submeter à votação da Assembleia Municipal, um voto de congratulação a **Frederico Manuel Martins Sena**, nos termos seguintes:

-----No passado dia 20 de dezembro de 2021, teve lugar o processo eleitoral dos órgãos sociais da Federação dos Bombeiros do Distrito da Guarda, para o triénio 2022-2025. Nesse processo eleitoral, o celoricense Frederico Sena foi eleito vice-presidente da direção. -----

-----É importante enaltecer a confiança depositada pelos associados na lista vencedora, a qual é integrada pelo nosso concidadão. A sua eleição eleva o nome do concelho de Celorico da Beira perante toda a comunidade e reconhece o trabalho sério, dedicado e altruísta do Frederico Sena. -----

-----Desta forma, -----

-----A Assembleia Municipal de Celorico da Beira, reunida em Sessão Ordinária, em 25 de fevereiro de 2022, delibera aprovar um voto de congratulação a **Frederico Manuel Martins Sena**, reconhecendo o seu profissionalismo e dedicação em prol da causa pública. -----

-----Celorico da Beira, 25 de fevereiro de 2022 -----

-----Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista” -----

-----De seguida e após cumprimentar todos os presentes, o Senhor **Deputado António Santos** disse que o tema que gostaria de ver esclarecido diz respeito às obras que estão a decorrer junto ao monumento de Nossa Senhora de Fátima. Nesse sentido, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que esclarecesse que género de intervenção está a decorrer naquele local. -----

-----No uso da palavra, o Senhor **Deputado José Miguel** e depois de cumprimentar todos os presentes, recordou que, na última sessão da Assembleia Municipal, após ter solicitado esclarecimentos sobre as obras em curso, o Senhor Presidente da Câmara mencionou os trabalhos das Piscinas Municipais, do Canil Municipal, da Escola C+S, das Casas do Castelo, entre outras que engrossam o leque de obras e que já deviam estar terminadas. Nessa ocasião, não ficou surpreendido por as mesmas estarem em atraso, contudo o que o deixou incrédulo foram as palavras proferidas para a justificação do mesmo. Expôs que o Senhor Presidente mencionou a falta de matérias-primas que, por sua vez, levavam a movimentos especulativos que, por consequência, determinavam uma subida desenfreada dos preços e que, em última linha, acarretava consequências para os empresários, sobretudo aos empresários da construção civil. Referiu, igualmente, que existiam problemas com a falta de mão de obra especializada. Sendo tudo isto verdade, questionou se o Senhor Presidente representa os empreiteiros ou o dono da obra. É que de facto o discurso do Senhor Presidente poderia ter sido proferido por

qualquer dos empreiteiros em causa, no entanto não era esse o conteúdo que esperava ouvir e sim, quais as diligências que estão a ser efetuadas para assegurar o cumprimento tempestivo das obras ou para minorar os atrasos relativos às mesmas, ou que esforços foram feitos para perceber se todos os atrasos se devem aos factos conjunturais referidos ou se também há um cumprimento defeituoso por parte dos empreiteiros. Disse não ter ouvido uma única palavra em defesa dos interesses do Município, apenas um lamurio de desculpabilização a favor dos empreiteiros. Exposta a sua incredulidade, aproveitou a deixa do Senhor Presidente e foi analisar alguns contratos de empreitada. Após essa análise ficou surpreendido ao verificar que, no dia 06 de agosto de 2021, em pleno período de campanha eleitoral, foram celebrados sete contratos de empreitada, todos com o mesmo objeto “Empreitada referente a requalificação de vias municipais”, incluindo trabalhos de pavimentação e drenagem pluvial, tendo o mesmo adjudicatário, Napoleão – Sociedade de Construções, Lda.. Reparou, ainda, que esses contratos só diferem nos valores, que começam nos quatro mil euros e terminam nos quarenta e seis mil euros, ou seja, no total estes sete contratos representam cento e quarenta e oito mil, novecentos e setenta e oito euros e sessenta cêntimos. Nessa sequência, questionou o porquê de terem sido celebrados sete contratos no mesmo dia, com o mesmo objeto e com o mesmo empreiteiro, quando poderia ter sido lançado um único procedimento de contratação no valor total de cento e cinquenta mil euros ou menos, uma vez que quanto maior for o volume de obra, existe maior probabilidade em obter um preço menor. -----

-----No uso da palavra e após cumprimentar todos os presentes, a Senhora **Deputada Alexandra Sena** citou uma notícia sobre a reunião ocorrida no dia seis de dezembro de dois mil e vinte e um, em Vouzela, que a seguir se transcreve: -----

-----“Vouzela acolheu no passado dia seis de dezembro de dois mil e vinte e um, na Casa das Ameias, a reunião de preparação do projeto turístico «EN 16 – da Costa Atlântica à Linha de Fronteira». -----

-----A Câmara Municipal de Vouzela foi a promotora da iniciativa que tem como objetivo envolver os catorze municípios atravessados pela N16 na criação de um produto de dinamização e valorização dos territórios percorridos por esta via, promovendo o património histórico, natural, gastronómico e a economia local de todos os concelhos envolvidos, nomeadamente Aveiro, Águeda, Albergaria-a-Velha, Sever do Vouga, Oliveira de Frades, Vouzela, São Pedro do Sul, Viseu, Mangualde, Fornos de Algodres, Celorico da Beira, Pinhel, Guarda e Almeida. -----

-----Todas as Autarquias presentes reconheceram a importância e a valia turística do projeto e manifestaram o seu interesse em avançar com o estudo de estruturação da rota que liga Aveiro a Vilar Formoso, numa extensão de 220 km. -----

-----Para além das Autarquias, estiveram representadas na reunião o Turismo de Portugal, a Turismo do Centro, a Infraestruturas de Portugal, a CIM Viseu Dão-Lafões, a Destinature – Agência para o Desenvolvimento do Turismo de Natureza e a delegação de Viseu da AHRESP.” -----

-----Dando nota desta notícia, acrescentou que a bancada do Partido Socialista pretende ser informada da presença ou não do Senhor Presidente da Câmara, ou de alguém em sua representação, bem como das informações retiradas da mesma reunião, que possa transmitir aos celoricenses acerca do projeto que, no seu entendimento, será uma mais-valia pela forma como irá dinamizar e valorizar o Concelho, promovendo aquilo que de melhor ele tem. Tendo, também, em linha de conta que é apresentada na Ordem do Dia da presente sessão da Assembleia, a 1ª Revisão ao Orçamento onde se inclui cento e cinquenta mil euros para a beneficiação da referida EN16. -----

-----De seguida, o Senhor **Deputado Francisco Cabral**, após cumprimentar todos os presentes, referiu que com certeza todos defendem a democracia e a liberdade, porém, a atuação da Rússia é um claro atentado a tudo o que isso representa. Nesse sentido, deixou os seus pensamentos com o povo ucraniano. -----

-----A seguir proferiu que, como dirigente da Juventude Socialista, vive preocupado com as alterações climáticas. Neste momento, Portugal está a atravessar um período de seca gravíssimo, repercutindo-se um grande sofrimento na agricultura e na pecuária e, por consequência, também nos agricultores do Concelho. Assim sendo, questionou o Senhor Presidente se já foi identificado algum agricultor em dificuldades e se o Município tem algum plano para ajudar os agricultores. -----

-----Após cumprimentar todos os presentes, o Senhor **Deputado Flávio Sá** disse que enquanto munícipe e deputado municipal ficou surpreendido com uma notícia que leu no guardanoticias.pt e que refere que o Concelho de Celorico da Beira tem os resíduos mais caros do Distrito da Guarda, com o valor anual de setenta e cinco euros, enquanto Figueira de Castelo Rodrigo, é o Município mais barato, com o valor de zero euros. Face ao exposto, pretendeu saber a razão dessa diferença de valores e se existe alguma pretensão de reavaliação tarifária para que seja colocada em valores médios. -----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu**, após cumprimentar todos os presentes, referiu-se às intervenções dos Senhores Deputados da bancada do PS, dizendo, com conhecimento, que o atraso das obras não é só no Concelho de Celorico da Beira, é geral. Quanto aos resíduos sólidos, ele próprio é pagante em dois concelhos do Distrito e, efetivamente, a Câmara de Celorico da Beira até pode ter os valores dos resíduos mais caros, contudo, a fatura da água integra vários parâmetros, nomeadamente o abastecimento de água, as taxas e os serviços de saneamento, assim, ao

analisar com coerência, conclui-se que só os valores dos resíduos é que são mais caros. Portanto, ninguém se preocupou em verificar os outros parâmetros.-----

-----Prosseguiu, dizendo que na tomada de posse da Assembleia Intermunicipal, que ocorreu no dia dois do corrente mês, não foi realizada a reunião imediatamente a seguir, por falta de quórum, pelo facto dos elementos do PS terem abandonado a sala. Essa situação compromete o normal funcionamento da Comunidade Intermunicipal e apesar da primeira reunião ter sido uma desilusão, espera que possam trabalhar em prol do Distrito da Guarda e fazer com que todos os Concelhos tenham um normal funcionamento. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de prestar as informações e esclarecimentos tidos por convenientes. -----

-----Após cumprimentar todos os presentes, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** começou por dizer que corrobora as palavras de solidariedade pela Ucrânia. Todas as atitudes da Rússia são condenadas, pois vão contra tudo aquilo que se defende e contra todo o direito internacional. -----

-----De seguida, endereçou os parabéns à Associação dos Bombeiros Voluntários pelos novos corpos sociais desejando um bom desempenho e realçando que haverá uma total abertura e colaboração mutua, incondicional e estarão comungados no mesmo espírito e objetivo. -----

-----A respeito do Voto de Louvor do cidadão Marco Pitt considera-o um ato mais que justo pela sua competência já revelada, pelo empenho e por todo o seu trabalho desenvolvido. Adiantou, ainda, que teve o privilégio de acompanhar em Lisboa o lançamento de um conjunto de cerimónias que vão ser desenvolvidas ao longo do presente ano, no âmbito das comemorações do Centenário da Travessia Aérea do Atlântico Sul. Nesta

sequência, o Marco Pitt esteve presente no Museu da Marinha, a apresentar o seu livro sobre esta temática, o qual foi muito elogiado pelos presentes e, de modo particular, pelo Senhor Presidente da República. -----

-----No que concerne à Academia de Futebol, lembrou que esse processo não é recente, já vem a desenrolar-se há aproximadamente três anos e envolveu outros Municípios. Na sua opinião, esta decisão é uma mais-valia, pois é uma Academia Distrital, sendo que a escolha de Celorico da Beira foi baseada na apresentação das melhores condições, nomeadamente a centralidade, a acessibilidade e a visibilidade pelo local onde se encontra. A polémica que houve foi, sobretudo, gerada na sede do distrito, contudo, teve a oportunidade de falar com o Sr. Presidente da Câmara da Guarda. A questão está sanada, é um bom equipamento para todos e uma forma de dinamizar o desporto, o comércio e criar alguns postos de trabalho no Concelho. Para além de existir um campo relvado, existe também um campo pelado, que futuramente levará um piso sintético e outros equipamentos desportivos e que, devido ao terreno da Câmara ali existente, permite a expansão desses mesmos equipamentos, condição que outros municípios não têm. Portanto, foi com naturalidade que a Associação de Futebol da Guarda escolheu Celorico da Beira e apresentou o projeto à Federação de Futebol, cuja candidatura é promovida pela própria Associação. Acrescentou ainda que, o que reivindicam sobre a descentralização ao nível nacional, também deveria ser aplicado regional, distrital e até localmente.-----

-----A propósito das obras que estão a decorrer no monumento de Nossa Senhora de Fátima esclareceu que fazem parte da intervenção que está a realizar-se no Largo da Corredoura e que está integrada na ARU – Área de Reabilitação Urbana, enquadrada no financiamento dos fundos Europeus. Por conseguinte, todo aquele Largo que envolve a zona circundante do Mercado Municipal, do Cemitério e da Escola de S. Pedro irá ser alterado e melhorado. Estas obras obedecem a um projeto realizado pelos técnicos do Município e foi aprovado em reunião de Executivo. Assegurou que, no final

todo aquele espaço do monumento ficará mais bonito, uma vez que já se encontrava degradado e indigno, tanto pelas árvores que de momento já estavam a arruinar os muros, mas sobretudo por determinados comportamentos ocorridos por trás das sebes que ali se encontravam. -----

-----Sobre a explanação do Senhor Deputado Flávio Sá disse que, objetivamente, não sabe se os resíduos em Celorico da Beira são mais caros do que nos outros Concelhos. No entanto, tem a certeza que a fatura no total, abrangendo todos os outros parâmetros, é mais cara noutros concelhos do que em Celorico. Contudo, ficou de saber onde se paga mais e o porquê, uma vez que os resíduos sólidos são pagos proporcionalmente em função do consumo de água. Reforçou que, o valor que é pago pelo consumo de água em Celorico da Beira está em patamares muito mais baixos e, inclusivamente foi criada uma Associação de cinco Municípios que engloba Seia, Gouveia, Oliveira do Hospital, Celorico da Beira e Fornos de Algodres que envolve candidaturas necessárias em termos de subsídios. De facto, existe um problema com a água e que tem a ver, sobretudo, com as canalizações antigas que remontam a mil novecentos e setenta e dois e que em termos de materiais já não são os mais adequados para os dias de hoje. Adiantou que o preocupa as perdas de água existentes na maior parte dos Concelhos e que contemplam, a exorbitante perda de cinquenta por cento, consequência da água ser contada a montante e paga na totalidade às Águas de Portugal, o que resulta num lucro de milhões de euros. Portanto, esta questão merece uma análise muito pedagógica, porque cada vez mais tem de se ter em conta uma poupança e uma racionalidade, dado que a água começa a ser um bem raro. Por fim, assegurou que iria averiguar a situação. -----

-----No seguimento e a propósito da questão das obras, colocada pelo Senhor Deputado José Miguel, manifestou, também, a sua preocupação relativamente ao atraso das mesmas, até porque, de um modo geral, não é responsabilidade do Executivo. Contudo, por vezes, existem questões de carácter técnico do projeto, citando como exemplo, o caso dos sistemas de

aquecimento, em que concluíram que existem soluções melhores do que as programadas inicialmente. Porém, disse não estar a defender ninguém, antes pelo contrário, pois têm reunido com frequência com os empreiteiros, bem como com os engenheiros responsáveis pelas obras e têm-nos chamado à atenção, inclusivamente, para os responsabilizarem para a possibilidade de aplicação de coimas pelo atraso. No entanto, também, sabem que deve haver sensibilidade e tolerância, uma vez que as circunstâncias dos atrasos são gerais. Todavia, tinham toda a vontade e vantagem que a obra das Piscinas tivesse sido concluída no mês de agosto, como previsto, até porque numa perspetiva política e eleitoral teria sido vantajoso, apesar de não ser esse o móbil, pois o principal objetivo deve ser servir a população. Relativamente à obra das Casas de Acesso ao Castelo disse estar praticamente concluída, falta o arranjo dos arruamentos junto ao Castelo, que é uma questão de semanas. Ainda sobre as Piscinas Municipais, acrescentou que, gostaria que este ano letivo em curso já estivessem a funcionar tanto para os alunos, como para os idosos, no entanto lamenta o atraso, mas é algo que em grande medida o ultrapassa. Porém, ao nível das entidades responsáveis, nomeadamente na CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro tem havido tolerância e alargamento de prazos, porque têm consciência que os mesmos acontecem por todo o lado, daí não ter havido penalizações. Assim sendo, as obras estão em andamento, não com a celeridade que se pretendia, mas a chegar a bom termo. Quanto ao Canil disse que o empreiteiro já informou que estará concluído no mês de março, existindo, posteriormente, todo o processo de instalação de equipamentos, de organização e seleção de pessoal. No que concerne, às obras da Escola Sacadura Cabral referiu que, também, estão com algum atraso, mas em bom andamento, dado que um pavilhão já foi aberto aos alunos. -----

-----Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Alexandra Sena informou que não esteve presente na reunião que decorreu em Vouzela, por impedimento pessoal de última hora. No entanto, teve o cuidado de

telefonar ao Senhor Presidente da Câmara de Vouzela para se inteirar do que se passou na referida reunião. Esta foi uma primeira reunião, para se aferirem determinadas ações que irão ser efetuadas, haverá outras, e não foi por não ter participado na referida reunião que Celorico da Beira terá algum tipo de penalização. Eventualmente poderão ter benefício não só na EN16, porque Celorico situa-se na confluência de uma série de estradas, como a EN17 e outras, sendo um ponto incontornável de passagem. -----
-----Ainda, sobre a intervenção do Senhor Deputado Francisco Cabral, quando se refere ao problema da seca, disse que a preocupação é geral, pois cada dia que passa o problema vai-se agravando. Há muito tempo que não há memória de um ano como este, ainda assim, o Concelho não está a sofrer com a intensidade com que outros estão, nomeadamente a nível da agricultura, porque não existe uma agricultura com a dimensão de outras regiões e o facto de estarem na serra permite algumas características próprias a nível do clima, do relevo, da morfologia e da questão da água. Portanto, a preocupação já existe e vai sendo manifestada por antecipação, através de alguns agricultores e pastores. O Executivo estará disponível para ajudar, além dos subsídios que já atribuíram a nível da certificação, da rotulagem, do escoamento do produto e, até porque, este ano o queijo é muito menos e de menor qualidade, o que agrava o problema, sobretudo, para quem vive desse produto, o Município decidiu saldar o subsídio aprovado no ano anterior, juntamente com o do presente ano, no montante de 2,40€ por cada cabeça de gado ovino/caprino e 10€ por cada cabeça de gado bovino. Para além disso, têm estado, igualmente, em contacto com a Ancose - Associação Nacional Criadores Ovinos Serra da Estrela e com a Estrelacoop – Cooperativa dos Produtores de Queijo Serra da Estrela no sentido de participarem na aquisição de forragens, porque em breve os pastos começam a secar e não há palha nem feno. Por conseguinte, estão disponíveis para dar as respostas necessárias, no entanto ainda não existe nenhum caso concreto.-----

-----Pedi a palavra, o Senhor **Deputado José Miguel** para dizer que apesar de ter havido alguma contestação em relação à Academia de Futebol, acredita que o Senhor Deputado Carlos Cunha, na sua intervenção, não se estivesse a referir ao PS, uma vez que este assunto teve o apoio dos Senhores Vereadores da oposição, na reunião de Câmara onde a questão foi discutida, atendendo que o que está em causa é o desenvolvimento do Concelho.-----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Joaquim Abreu, quando se refere à reunião da Assembleia Intermunicipal, em que também esteve presente, esclareceu que alguns deputados intermunicipais encontravam-se em isolamento. Consequentemente houve uma tentativa de assegurar que esses deputados pudessem participar na reunião por videoconferência, dado que ia haver uma votação e alguns desses deputados iriam integrar listas que iriam ser votadas e, portanto, não podendo tomar posse por não estarem presentes, não podiam nem eleger nem ser eleitos, daí a razão pela qual a bancada do PS abandonou a reunião. Compreende a insatisfação dos demais deputados intermunicipais, mas está em causa o exercício de um direito que lhes assiste e que foi exercido de forma consciente.-----

-----Quanto ao assunto das obras solicitou ao Senhor Presidente se podia responder à questão colocada sobre os sete contratos efetuados em agosto de dois mil e vinte e um. -----

-----Em relação à reunião ocorrida em Vouzela disse que aceitam e compreendem que o Senhor Presidente não pudesse ter estado presente. No entanto, o assunto tem grande dignidade para o Concelho, tanto assim que foi referido que há uma verba no orçamento para a requalificação da EN16. Nesse sentido e tendo em conta que o assunto é relevante para o Município, questionou qual a razão de não ter enviado um representante. ---

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** começou primeiro por retomar a intervenção do Senhor Deputado Carlos Cunha para

agradecer o voto relativamente ao desafio que lhe foi lançado para Presidente da Rede de Aldeias Históricas de Portugal. Disse que tem consciência que é um desafio difícil e exigente, mas aliciante, até porque as Aldeias Históricas vêm de um período de sucesso, pois têm um papel importante no desenvolvimento, sobretudo, desta região, que vai desde o Douro até Coimbra. Sendo a Aldeia Histórica de Linhares da Beira uma pérola do Concelho, não podia virar costas a esse desafio e estará empenhado para responder a esse repto. -----

-----No que concerne a EN16 referiu que está orçamentada uma verba de cento e cinquenta mil euros para a requalificação da estrada que liga Vila Boa do Mondego a Fornos de Algodres, uma vez que é a zona que se encontra mais degradada. Disse, ainda, que falou com o Vice-Presidente das Infraestruturas de Portugal e irão reunir entre o dia vinte e um e vinte e três de março, onde se irá discutir toda a intervenção da Linha da Beira Alta, bem como a supressão da passagem de nível. Também está programado que, os comboios de Santa Comba Dão à Guarda, a partir do dia dezanove de abril irão ser suprimidos durante nove meses e serão substituídos por autocarros. Por conseguinte, há uma série de situações que têm de acautelar e, obviamente, que como já fizeram, têm algumas exigências que vão apresentar. Esta intervenção na Linha da Beira Alta vai trazer riscos para aquela estrada, uma vez que se havia um tráfego intenso de camiões, a partir de agora irá aumentar. Desta forma pretendem que exista uma responsabilização por parte das Infraestruturas pelos estragos que irão ocorrer. -----

-----Relativamente aos sete contratos com a empresa do Sr. Napoleão esclareceu que foi a melhor proposta apresentada e com uma maior disponibilidade para concretização do serviço, porém houve uma empresa, que não está sediada no Concelho, que apresentou uma proposta com um orçamento mais elevado. No entanto, no aproximar das eleições autárquicas, existem obras por todo o lado e o que é adjudicado antes acaba por ser realizado depois e foi o que aconteceu. Assim sendo,

chegaram ao entendimento que o alcatrão seria colocado na época da primavera, por questões climatéricas. Desta forma, a única razão que levou à contratação da referida empresa foi o orçamento mais acessível.-----

-----Novamente no uso da palavra, o Senhor **Deputado José Miguel** disse que o Senhor Presidente não respondeu à questão sobre a razão pela qual não enviou um representante à reunião que se realizou em Vouzela. Quanto aos sete contratos pretendeu saber o motivo de se terem realizado sete, em vez de um só e se foi por uma questão de formalidades. -----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que foram os serviços técnicos da Câmara que trataram deste processo e foram efetuados sete contratos, para sete obras diferentes e em locais distintos. --

-----Quanto à reunião realizada em Vouzela, reforçou, como já tinha referido, que foi por questões pessoais de última hora que não pôde estar presente e comunicou esse facto ao Sr. Presidente da Câmara de Vouzela. De maneira que não era possível delegar em alguém a sua substituição atempadamente. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** de seguida colocou à votação o Voto de Congratulação e o Voto de Louvor apresentados pela Bancada do PPD/PSD, bem como o Voto de Congratulação apresentado pela Bancada do PS, de acordo com o disposto no n.º 5, do art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal. -----

-----O Voto de Congratulação pela eleição dos novos órgãos sociais da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Celorico da Beira foi aprovado por unanimidade. -----

-----O Voto de Louvor ao cidadão Marco Pitt foi aprovado por unanimidade.-----

-----O Voto de Congratulação ao Sr. Frederico Sena foi aprovado por unanimidade.-----

-----De seguida a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia**, na sequência do Voto de Solidariedade para com o povo ucraniano, apresentado pela bancada do PPD/PSD, deu cumprimento a um minuto de silêncio pelas vidas perdidas na Guerra. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----1. **APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 13/12/2021**-----

-----Foi presente a ata número sete, referente à sessão ordinária do dia treze, do mês de dezembro, do ano de dois mil e vinte e um, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento da entrada de um *email*, por parte da Senhora Deputada Alexandra Sena, a solicitar a alteração de uma das intervenções do Senhor Presidente, na medida em que a ata não reflete na íntegra o que o Senhor Presidente disse na sessão da Assembleia. Nesse sentido, esclareceu que a ata se trata de uma súmula daquilo que aconteceu na reunião e que deve refletir, nas intervenções de cada um, a ideia principal do assunto. Após consultar as alterações e o teor presente na ata, considera que a ideia está refletida na mesma. Disse, ainda, que mal seria se, todas as atas, tivessem de conter tal e qual os dizeres dos intervenientes na Assembleia. Portanto, se existe a transmissão em direto da Assembleia e o vídeo também fica disponível para visualização, não vê razão para que sejam incluídas nas atas todos os dizeres, pois os mesmos podem ser escrutinados, a todo o

tempo, por qualquer pessoa, podendo ver a Assembleia na sua totalidade, com total transparência e sem manipulação de imagens. É de opinião que, ao decidir-se a inclusão desta alteração, estar-se-ia a abrir um precedente, em que as atas teriam que ser uma transcrição das Assembleias e não um resumo, que é aquilo que se pretende. Não obstante este entendimento e tratando-se de uma intervenção que diz respeito ao Senhor Presidente passou-lhe a palavra para que se pronuncie, até porque também lhe foi dado conhecimento do referido *email*. -----

-----Perante o sucedido, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** confessou que o assunto o deixou confuso, uma vez que já fez muitas atas, sobretudo, no decorrer da sua atividade docente, e o conceito que sempre teve de uma ata é que deve ser uma súmula do mais importante que acontece numa reunião. Portanto, uma ata nunca deve ser *ipsis verbis* aquilo que foi dito, retrata o sentido do que foi dito e, assim sendo, não vê qualquer razão para que se efetue qualquer alteração. No seguimento, disse que considera importante que as pessoas em geral tenham uma aproximação com a Assembleia Municipal e, dessa forma, têm acesso aos dados através da via digital. Porém, lamenta e considera degradante que depois sejam feitas manipulações, com extratos das atas, com intervenções selecionadas para fazer “chicana” política e usar isso nalgumas páginas partidárias, indo contra o espírito que se pretende, pois as atas devem ter a sua solenidade, assim como as reuniões. De resto, se fossem transcrever toda a conversa colocava-se o áudio como alternativa, mas não é esse, definitivamente, o espírito de uma ata. Concluiu dizendo que, a ideia principal está contida na sua intervenção, não existindo nenhuma razão para estas manifestações.-----

-----Em relação a esta questão, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** manifestou o seu desagrado no que respeita à utilização das imagens, porque se estão ali e, predispõem-se pelo princípio da

transparência a que sejam gravados, ouvidos e a que o vídeo fique disponível, é pressuposto que depois não haja montagens com esse mesmo vídeo. -----

-----Quanto às questões relativas à ata, o Senhor **Deputado José Miguel** disse que a intenção de acrescentar algumas passagens à mesma, é porque considera que a ata deve refletir o que é mais importante e para a bancada do PS foi importante o que foi dito. Os insultos ao Primeiro-Ministro e ao Partido Socialista refletem um sentido de uma reunião e daí a intenção de ver isso vertido em ata, no entanto não pretendem que assim seja, mas votam contra, porque a ata não revê o que se passou, uma vez que a referida intervenção foi na sequência de uma sua intervenção.-----

-----Quanto à questão da utilização de imagens, acredita que o princípio da transparência não sai em nada beliscado, dado que essas imagens são públicas. O conceito de adulteração é muito específico, pois significa modificar e, aquilo que foi feito, foi retirar excertos e resumir, não houve troca de ordem das intervenções, nem foram atribuídas palavras diferentes das que foram proferidas. Portanto, adulteração não existiu e o que foi feito também contribui para a transparência e para a democracia. -----

-----O Senhor **Deputado Carlos Cunha** referiu estar um pouco incrédulo e, nesse sentido, questionou para que serve a reunião da Comissão Permanente. Nessa reunião foi questionado se alguém pretendia fazer alguma alteração à ata e ninguém se pronunciou.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** confirmou que, de facto, na Comissão Permanente foi questionado se pretendiam fazer alguma alteração à ata, o que não quer dizer que o façam posteriormente, contudo a Comissão Permanente também serve para isso. -----

-----Dispensada a sua leitura e depois de feitas as devidas correções, foi a mesma aprovada, por maioria, com duas abstenções e sete votos contra.-----

-----**2. RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA**-----

-----O Senhor **Deputado Luís Alberto Pereira Nunes Lourenço Marques**, segundo secretário da mesa da Assembleia, deu conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (1), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão, que se encontra na secção de apoio aos órgãos municipais, para quem pretenda consultar. -----

-----**3. INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da atividade do Executivo, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (2), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que, em relação às Piscinas Municipais, o não cumprimento do prazo inicialmente previsto acabou por trazer uma vantagem inesperada, pois tinham uma candidatura da eficiência energética, que ainda não tinha sido aprovada, no valor de aproximadamente trezentos mil euros que tinha de ser paga com a poupança ao longo dos anos. Entretanto houve uma candidatura, que foi aprovada, a fundo perdido no valor de quatrocentos e vinte e um mil euros, o que equivale a sessenta por cento do custo da obra. Ainda assim, mesmo que não houvesse qualquer tipo de financiamento tinham cabimento através

de verbas próprias para realizar a obra, no entanto, como não pode haver sobreposição de subsídios, optaram pelo financiamento a fundo perdido.-----

-----Relativamente à atividade municipal, o Senhor **Deputado José Miguel** pretendeu saber a que se refere a avaliação requerida nos Autos de Intimação para a Defesa de Direitos, Liberdades e Garantias, do Tribunal Administrativo de Viseu, onde estiveram presentes a Senhora Vice-Presidente e o Eng.º Hélder Filipe dos Santos Viana Perito.-----

-----Solicitou, ainda, informação sobre o Protocolo celebrado com o Sr. Coronel Lourenço da Silva, bem como qual foi o âmbito da reunião ocorrida com o Sr. Procurador-Geral da República, Dr. Euclides Dâmaso.-----

-----Por fim, referiu que no relatório de atividades do Gabinete Veterinário consta a captura e encaminhamento de animais errantes e, nesse sentido, pretendeu saber que animais foram capturados e para onde foram encaminhados. -----

-----Relativamente à primeira questão, relativa ao Tribunal Administrativo de Viseu, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** passou a palavra à Senhora Vice-Presidente.-----

-----No uso da palavra, a Senhora **Vice-Presidente Teresa Cardoso** esclareceu que o assunto estava relacionado com a participação do Presidente da CIMBSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, do Eng.º Ruas, bem como de alguns elementos da CIM que estiveram presentes na Turquia, a convite de uma entidade para tomarem conhecimento de um projeto que estava a ser desenvolvido. Nessa sequência foi levantado um processo para averiguação da legitimidade dessa viagem. -----

-----Prosseguiu, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** para esclarecer que o Protocolo celebrado com o Sr. Coronel Lourenço da Silva

diz respeito ao alargamento do caminho que dá acesso às Casas do Rio, em que houve cedência de terreno por parte dos proprietários, um dos quais o Sr. Coronel, cuja contrapartida é a construção dos muros que foram derrubados.-----

-----Relativamente à vinda do Sr. Procurador-Geral da República jubilado elucidou que é natural de Celorico da Beira, mais precisamente do Espinheiro, e tem efetuado alguns estudos e pesquisas sobre a presença dos judeus em Celorico, nomeadamente em Santa Maria. Essa pesquisa diz respeito a uma família, de seu nome Mendes Seixas, cujos documentos estão na igreja e remontam a mil e quinhentos, existindo vestígios em que a estadia deles remonta até 1700, quando foram para Lisboa. Era uma família ilustre de banqueiros, que depois foi para Londres. Disse, ainda, que é discutível que o Concelho faça parte da rede das judiarias, uma vez que existem vestígios físicos e algum historial dos judeus tanto em Celorico da Beira, como em Linhares da Beira. -----

-----Quanto aos animais errantes disse ser um problema que vem de longe, que os preocupa e para o qual têm procurado algumas respostas, sobretudo, em conjunto com alguns veterinários, no processo de esterilização dos cães e gatos. A nível do encaminhamento dos animais informou que têm recorrido à Mêda e à Guarda para os acolherem nos seus espaços.-----

-----**4. 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S 2022**-----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão a 1.ª Revisão ao Orçamento e GOP's de 2022, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (3), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----Esteve presente nesta sessão, o Técnico responsável pela Secção de Contabilidade, Dr. José Tavares, para prestar os esclarecimentos necessários.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal** para fazer uma breve explanação sobre o assunto, tendo começado por dizer que esta revisão tem como objetivo integrar no orçamento de dois mil e vinte e dois o saldo orçamental de dois mil e vinte e um, no valor de 1. 892.480,72€, constante no Mapa de Fluxos de Caixa, que também tem de ser aprovado. Obviamente que o orçamento tem que refletir um equilíbrio entre receitas e despesas e, assim sendo, esta verba foi distribuída por diversas rubricas, nomeadamente uma rubrica específica para a cobrança de multas rodoviárias, outra rubrica específica para receitas de outros municípios, de modo a acautelar a receita a receber por parte do Município de Gouveia pela participação na construção do canil, bem como uma rubrica para despesas com pessoal, com o objetivo de se realizarem novos procedimentos de recrutamento. Assim como outras rubricas, designadamente encargos com instalações, transportes, outros trabalhos especializados, transferências correntes, despesas de capital e eventos e exposições.-----

-----De seguida, passou a palavra ao Técnico, José Tavares.-----

-----O Técnico começou por esclarecer que esta Revisão ao Orçamento e GOP's de 2022 é efetuada todos os anos, uma vez que o saldo de gerência transita para o ano seguinte e só pode ser incorporado no orçamento com a aprovação das contas do ano anterior. Nestes dois últimos anos, devido às restrições da pandemia, as contas têm sido aprovadas mais tarde, ou seja até junho, e para evitar que os Municípios ficassem até essa data sem poderem usufruir do saldo de gerência, os Orçamentos de Estado, nos últimos dois anos, previram a possibilidade de

o Mapa de Fluxos de Caixa ser aprovado antes da aprovação das contas do ano anterior. Face ao exposto, disse que foi elaborada uma revisão com a aprovação do Mapa de Fluxos de Caixa onde existe um saldo de 1.892.480,72€ e a qual só pode ser efetuada com uma revisão orçamental, daí ser competência da Assembleia Municipal. Esta integração do saldo implica um aumento de receita que por sua vez pode ser utilizado na despesa. Deste modo, foram desdobradas algumas rubricas para especificar melhor o orçamento nalguns pontos e, assim sendo, a despesa foi distribuída por diversas rubricas que o Executivo indicou que careciam de alteração ou de reforço. Saliou que, aproveitou-se esta revisão para prever as modificações solicitadas no âmbito da alteração do Mapa de Pessoal, em que houve uma alteração de lugares que estavam previstos no quadro a tempo indeterminado para passarem a termo certo, bem como se aproveitou na rubrica com o pessoal para prever alguns encargos que não tinham sido previstos no orçamento. As restantes rubricas contemplam despesas correntes que o Município prevê ter até ao final do ano, situações que não foram previstas no orçamento inicial, situações que derivam de uma análise feita já este ano por causa da transferência de competências e da abertura de novas valências. Continuou dizendo que, há rubricas que poderão precisar de algum reforço orçamental, bem como se aproveitou o saldo de gerência para se antecipar alguns projetos de investimentos que estavam já previstos no orçamento, mas cujos valores estavam distribuídos no tempo até dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro, aproveitando-se a folga que o saldo de gerência deu para se prever a possibilidade de se anteciparem alguns desses investimentos. Tudo isto são intenções e poderá ter que ser ajustado e alterado em alterações orçamentais ou revisões posteriores, mas o essencial foram os pontos que estão mencionados na informação técnica.-----

-----Pedi a palavra o Senhor **Deputado José Miguel** para dizer que foi sem surpresa que constatou que, no presente dia, iria ser apresentada a 1ª

Revisão ao Orçamento e GOP's para dois mil e vinte e dois, que já tinha pressagiado aquando a aprovação do orçamento e, tem a certeza que, esta revisão será a primeira de muitas que sairá deste Executivo e desta Assembleia Municipal. Acredita que só a Lei e o pudor impedem que seja apresentado um novo orçamento a cada dois meses, pelo número de alterações que são apresentadas. Todavia, salientou que não é contra as revisões e alterações ao orçamento, uma vez que cumprem uma finalidade específica e existem para operar modificações excepcionais, como por exemplo pela alteração do contexto em que o orçamento foi aprovado, de alterações de legislação que imponham novas soluções ou encargos a nível orçamental, mas tudo num registo de excecionalidade. Frisou que é contra a instrumentalização que é feita do mecanismo das modificações e das revisões do orçamento, porque parece que a generalidade das alterações que são operadas ao orçamento municipal, são efetuadas por falta de rigor e, essencialmente, por falta de planeamento. O orçamento desta Autarquia é um orçamento de “navegação à vista”. -----

-----Quanto a aspetos mais concretos desta revisão pretendeu saber se em dezembro de dois mil e vinte e um, quando foi aprovado o orçamento, ainda não estava prevista a necessidade de catorze novas contratações e a contratação de um Secretário. -----

-----A propósito da aprovação do saldo de gerência de dois mil e vinte e um e da junção do Mapa de Fluxos de Caixa questionou se esta demonstração de resultados vai ser a mesma que vai ser apresentada aquando da aprovação da prestação de contas. Ainda sobre o Mapa de Fluxos de Caixa, parece-lhe que há algumas incoerências, como por exemplo o pagamento de ativos fixos tangíveis que em dois mil e vinte e um é de duzentos e vinte e sete mil, trezentos e sessenta euros e os subsídios ao investimento têm um montante de um milhão e quatrocentos e noventa e cinco mil euros, o que corresponde a uma taxa de apoio de seiscentos e cinquenta e oito por cento. Portanto, parece-lhe que esta rubrica de pagamento de ativos fixos tangíveis tem um valor incorreto,

porque significaria que o Município, em dois mil e vinte comparativamente com dois mil e vinte e um, apenas pagou aos seus fornecedores de investimento cerca de duzentos e vinte e sete mil euros, o que não lhe parece estar correto. Por outro lado, os pagamentos ao pessoal passaram de três milhões novecentos e cinquenta e um mil euros em dois mil e vinte, para dois milhões quatrocentos e setenta e quatro mil euros em dois mil e vinte e um, o que corresponde a uma redução de um milhão e meio de euros, ou seja trinta e sete por cento de diferença, o que também lhe parece incorreto. Pretendeu, igualmente, saber que pagamentos é que estão incluídos na rubrica outros pagamentos, uma vez que tem um valor de quatro milhões e meio de euros, quando em dois mil e vinte foram cento e vinte mil euros. Por fim, solicitou esclarecimentos sobre a entidade beneficiária a que diz respeito a rubrica cobertura de prejuízos no valor de novecentos e oitenta e quatro euros. Assim sendo, as suas dúvidas são ilustrativas daquilo que considera ser a falta de planeamento, que depois se encontra vertida e refletida no orçamento. -----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que devem ser rigorosos, pois não se trata de uma alteração orçamental e sim de uma revisão orçamental. Deste modo, esclareceu que estão perante uma revisão orçamental que é efetuada todos os anos, exatamente para acomodar a verba do saldo de gerência do ano anterior e se esse processo não se realizar, a verba em questão, acaba por não ser integrada no orçamento municipal. Tudo é devidamente programado e planeado mediante aquilo que são as necessidades, os objetivos e as obras que estão em andamento. O orçamento é elaborado tendo por base os objetivos pretendidos, com as alterações que acharem convenientes ao longo do ano, salvaguardando os interesses do Município e dos munícipes. Portanto, não vale a pena estarem com acusações com aquilo que é recorrente de outras forças partidárias. -----

-----Em relação às contratações, referiu que podiam tê-lo feito antes das eleições, no entanto tiveram uma atitude honesta, dado que estão a trabalhar em prol do Concelho e não para os votos. Prosseguiu dizendo que os funcionários vão-se reformando e já são mais de trinta trabalhadores que saíram nos últimos quatro anos de mandato, o que significa que a despesa com o pessoal diminuiu, tanto em termos relativos como absolutos. Neste momento existem vinte e dois lugares disponíveis no quadro de pessoal, sendo que na prática são apenas vinte e um, uma vez que há uma trabalhadora que se encontra em licença sem vencimento. O que se pretende é fechar catorze lugares a tempo indeterminado e criar outros catorze lugares a termo certo, porque considera que é uma forma de salvaguardar os interesses do Município. Assim, quando abrirem concurso irão integrar pessoas onde é necessário, com a renovação do contrato até três anos e, em alguns casos até poderão passar para a contratação definitiva. Portanto, considera que esse trabalho é feito de forma séria e transparente. Salientou que é fundamental não deixarem as pessoas ir embora, sobretudo os jovens, e criarem possibilidades atendendo às necessidades dos serviços da Câmara, proporcionando oportunidades para se fixarem no Concelho. -----

-----Quanto ao Secretário disse que a contratação do mesmo está dentro da legalidade, uma vez que existe uma vaga para Secretário de Apoio à Vereação. -----

-----Acrescentou, ainda, que considerando a assunção de competências no âmbito da educação, ação social e cultura, necessitam de recursos humanos ao nível de Assistentes Operacionais, Assistentes Técnicos e Técnicos Superiores.-----

-----Relativamente ao diferencial presente no Mapa de Fluxos de Caixa do ano passado, disse que as obras atrasaram e estão atualmente em curso, contribuindo para que a despesa que estava prevista não se realizasse, o que em termos orçamentais leva à necessidade de se efetuarem alterações.-----

-----De seguida passou a palavra ao Técnico José Tavares, para uma explanação mais técnica. -----

-----O Técnico começou por esclarecer que esta revisão é quase uma imposição legal, uma vez que o Município não pode trabalhar sem carregar o saldo de gerência do ano anterior. Em relação às outras revisões fazem parte do processo de gestão corrente da Câmara, em que são efetuadas cerca de doze alterações orçamentais por ano e uma ou duas revisões ao orçamento, consoante as necessidades e imposições legais. Como tentam ser rigorosos e, muitas vezes, há restrições que têm de cumprir, acabam por dotar algumas rubricas com um valor que pode revelar-se insuficiente, por diversos motivos que aquando da elaboração do orçamento podem não ser previstos, daí a constante necessidade de um orçamento ser ajustado. Nesse sentido, adiantou que já está prevista uma alteração orçamental no próximo mês, para a integração de receitas e despesas no âmbito da assunção das competências no domínio da Educação. -----

-----Em relação ao Mapa de Fluxos de Caixa respondeu que o presente mapa é o definitivo, o que significa que ele vai fazer parte das contas de gerência. Quanto às rubricas específicas disse que efetivamente os fluxos de caixa refletem as entradas e saídas de dinheiro do Município e, muitas vezes, de um ano para o outro poderá haver alguma alteração de diversos critérios de contabilização ou até situações excecionais que fazem com que existam alterações. Um fator que contribuiu para as divergências que o Senhor Deputado detetou foi que no ano transato houve a contratação de empréstimos, que implicaram não só um aumento grande na receita de financiamentos obtidos, que os obrigou a pagar os empréstimos que já tinham e que estavam numa situação desvantajosa, em virtude do juro que estavam a suportar. Deste modo, esta rotação de dinheiro faz com que algumas rubricas tenham flutuações grandes, quando comparadas com o ano de dois mil e vinte. Em relação aos ativos fixos tangíveis referiu que estão relacionados com o atraso nalgumas obras e na adjudicação de

alguns projetos, o que implicou que só no final do ano é que alguns pagamentos começaram a ser efetuados, nomeadamente das obras que estão a decorrer agora, daí a divergência entre dois mil e vinte e dois mil e vinte e um. Provavelmente, o ano de dois mil e vinte e dois vai ter uma divergência muito grande na questão do investimento, em relação ao mapa que está a ser aprovado agora, visto que muitos pagamentos estão a ser executados já este ano. Quanto à cobertura de prejuízos disse ter quase a certeza que foi uma mobilização paga por uma seguradora, provavelmente por algum dano que o Município sofreu nalgum equipamento.-----

-----Pedi a palavra a Senhora **Deputada Maria Antónia** para dizer que, espera que o Senhor Deputado José Miguel fique esclarecido, uma vez que as alterações, desde que bem justificadas, são instrumentos e nestes dois mandatos não lhe levantaram nenhuma dúvida. Nesse sentido felicitou o Técnico do Município, José Tavares, pois considera que foi claro nos esclarecimentos que transmitiu. Mais disse que, não percebeu o porquê de palavras ditas como “falta de pudor, de rigor, incoerências e falta de transparência”, dado que considera que é exatamente o contrário. Portanto, se o Senhor Presidente apresentou as justificações políticas e o Técnico apresentou as justificações técnicas, não percebe onde está a falta de pudor. Considerando que há pouco tempo ocorreram eleições, que o atual Governo ainda não entrou em funções e que vem aí a transferência de competências, existe a necessidade de reajustar determinadas situações. --

-----Por fim, agradeceu ao Senhor Presidente e ao Executivo em funções, bem como ao Técnico por terem apresentado com toda a transparência e coerência esta revisão orçamental, que é obrigatória.-----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e três votos a favor, duas abstenções e oito votos contra, aprovar o Mapa de Fluxos de Caixa de 2021, bem como a 1.ª Revisão ao Orçamento e GOP's do ano 2022.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.*-----

-----**5. 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2022**-----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão a 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2022, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (4), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----Sobre o assunto, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que houve uma diminuição significativa dos funcionários da Autarquia e têm recorrido maioritariamente aos CEI's – Contratos de Emprego e Inserção que contribuíram para colmatar essa situação e poupar algum dinheiro. Existem lugares abertos no quadro de pessoal, nomeadamente a nível de pessoal externo e, assim, espera brevemente poder repor e reforçar os serviços com mais necessidades. Perante a situação, reforçou que o que se pretende com a alteração ao Mapa de Pessoal é fechar catorze lugares a tempo indeterminado e criar catorze lugares a termo certo e avaliar a resposta das pessoas a nível do seu desempenho para depois poderem partir para outra situação.-----

-----De seguida passou a palavra ao Técnico José Tavares.-----

-----Relativamente a esta alteração, o Técnico disse que, efetivamente, reduziram-se os lugares no quadro de pessoal a tempo indeterminado e criaram-se lugares para contratos a termo certo, porque os procedimentos para este tipo de contratação são mais simples, do que os contratos para o quadro da função pública. Adiantou que esta poderá não ser a última alteração ao Mapa de Pessoal, tendo em conta a transferência de competências, em que haverá uma necessidade de reorganização da estrutura do Município. Disse, ainda, que neste momento o Município já

está em condições financeiras de poder efetuar estes procedimentos concursais, uma vez que já se encontra fora do excesso de endividamento e, no imediato, foram criados catorze lugares para Assistentes Operacionais. -----

-----Retomou a palavra o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** para dizer que, efetivamente, o que se pretende é fechar catorze lugares e abrir outros catorze em condições diferentes, em que todo o procedimento de contratação será efetuado com toda a transparência. Neste momento já podem dizer, formalmente, que o Município está fora do excesso de endividamento, o que agiliza muitas situações, inclusivamente nesta questão da contratação, em que o Executivo tem legitimidade e autonomia para deliberar relativamente a esta questão, enquanto anteriormente qualquer procedimento de contratação de pessoal teria de passar, forçosamente, pela aprovação da Assembleia Municipal. -----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e dois votos a favor e onze abstenções, aprovar a 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2022.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.* -----

-----**6. APROVAÇÃO DE SUBSÍDIOS E MINUTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR COM AS FREGUESIAS DO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA** -----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão os subsídios a atribuir pelo Município de Celorico da Beira, para a prossecução das atribuições e competências próprias das Freguesias e objeto da minuta de protocolo aprovada em reunião de Executivo, realizada em dezasseis de fevereiro do corrente ano, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (5), considerando-se

integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----Em relação a este assunto, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que acaba por ser uma repetição relativamente àquilo que foi a verba atribuída no ano transato e àquilo que é o regulamento, no que respeita ao apoio suplementar concedido às Juntas de Freguesia. Relembrou que o Executivo considera que esta verba é mais que justa e estes apoios serão sempre diminutos do ponto de vista das Juntas de Freguesia, até porque a ambição deve estar presente. Agora dentro da finalidade a que esta verba se destina, que são as limpezas urbanas e dos caminhos rurais, considera que é um complemento merecido e justo para as Juntas de Freguesia, uma vez que, no essencial, a Câmara continua a fazer as mesmas tarefas ou semelhantes como fazia anteriormente, disponibilizando as máquinas e os funcionários para fazer esse trabalho em todo o território do Concelho. -----

-----**Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou aprovar, por unanimidade, os subsídios a atribuir pelo Município de Celorico da Beira, para a prossecução das atribuições e competências próprias das Freguesias e objeto da minuta de protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal e as Freguesias do Concelho de Celorico da Beira.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.* -----

-----**7. APROVAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) E DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA (ORU) SISTEMÁTICA SUSTENTADA PELO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA (PERU)** -----

-----Sobre o assunto em título, foram colocadas à discussão e aprovação deste Órgão, as propostas identificadas em epígrafe, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (6), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que o processo já está concluído em todas as Aldeias Históricas, bem como já existia uma Área de Reabilitação Urbana (ARU) na zona histórica de Celorico da Beira. Entretanto surgiu a possibilidade de se criar uma ARU em Linhares da Beira, que acaba por trazer algumas possibilidades de intervenção urbanística muito mais facilitadora ao nível do crédito, de algumas isenções fiscais e contribuir para a implementação da reabilitação urbana. Linhares da Beira já teve uma fase de um impulso significativo, no que toca à construção e à aquisição de casas, depois acabou por adormecer um bocadinho, mas também se sabe que tem especificidades e potencialidades únicas e, por isso, é necessário criar condições para potenciar as possibilidades que tem. Quem estiver interessado em adquirir ou recuperar uma habitação, seja ela para habitação própria, turismo, arrendamento ou comércio, tem a possibilidade de recorrer ao IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana para ter crédito bonificado, em que metade do crédito concedido não paga juros e existe uma moratória que vai até quatro anos durante a realização da obra. Comunicou, ainda, que o assunto esteve em discussão pública durante um mês e a presente aprovação vai contribuir para a consolidação definitiva do mesmo. -----

-----**Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou aprovar, por unanimidade, as propostas do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) da respetiva Operação de Reabilitação Urbana (ORU) sistemática da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Linhares da Beira.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.*-----

-----**8. FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO PACTO DE AUTARCAS/ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL**-----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão, a Formalização do Processo Pacto de Autarcas/Aldeias Históricas de Portugal, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (7), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----No que respeita a este assunto, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que é um processo que vem um pouco na linha dos pontos sensíveis dos tempos modernos, que são as questões ambientais, a pegada do carbono, com uma série de procedimentos que procuram tornar estes espaços muito mais atrativos em termos de saúde, ambiente e despoluição. Portanto, é um plano de ação de energia sustentável e clima nas Aldeias Históricas de Portugal.-----

-----**Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou aprovar, por unanimidade, a Formalização do Processo Pacto de Autarcas/Aldeias Históricas de Portugal.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.*-----

-----**9. RELATÓRIO DA CPCJ**-----

-----Foi presente pela Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** uma informação da CPCJ de Celorico da Beira, para a Assembleia Municipal tomar conhecimento do Relatório de Atividades, referente ao ano de 2021, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (8), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta

respeitante a esta sessão, ficando também à disposição dos Senhores Deputados para consulta, no Gabinete de Ação Social da Autarquia.-----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

-----**10. LEASING PARA A AQUISIÇÃO DE VIATURAS ELÉTRICAS (40013494123)**-----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão, o pedido de autorização da contratualização do processo de *leasing* para a aquisição das viaturas elétricas, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (9), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----Relativamente ao assunto, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** clarificou que já tinham dado início ao processo, mas, em termos financeiros, a situação da Autarquia não era igual, daí haver a necessidade de aprovação pelo Tribunal de Contas, uma vez que, o processo de *leasing* acaba por ser um empréstimo. Perante alguns esclarecimentos solicitados pelo Tribunal de Contas e diante da circunstância deste tipo de procedimento, de aquisição de quatro viaturas elétricas, houve a necessidade de se realizar uma reunião extraordinária de Executivo, para que o assunto pudesse ser aprovado pela Assembleia Municipal, atendendo ao prazo limite para procederem à candidatura e, na eventualidade do Tribunal de Contas colocar algum entrave, existir, ainda, tempo suficiente para reiniciar o processo.-----

-----De seguida, como o assunto tem alguns contornos técnicos, passou a palavra ao Técnico José Tavares para prestar os esclarecimentos necessários.-----

-----O Técnico esclareceu que estes contratos de *leasing* têm uma particularidade, uma vez que, quando se iniciou o procedimento para a

aquisição de viaturas elétricas, no âmbito da candidatura ao fundo ambiental, ainda não se sabia bem qual seria a modalidade de financiamento, dado que havia a possibilidade de *renting* ou *leasing*. A modalidade de *renting* é uma prestação de serviços e não requer grandes formalismos, mas o *leasing*, que é um contrato de locação, já tem algumas particularidades, nomeadamente porque é considerado um empréstimo e, sendo assim, recai sobre a alçada da fiscalização por parte do Tribunal de Contas, que para visar este tipo de contratos requer uma série de documentos e aprovações. Por conseguinte, o Tribunal questionou o excesso de endividamento, uma vez que os Municípios quando estão em excesso de endividamento estão impedidos de o aumentar e o que a Lei diz é que a situação de endividamento é verificada a um de janeiro de cada ano. Acontece que, em janeiro de dois mil e vinte e um a Autarquia ainda se encontrava em excesso de endividamento e, apesar de, à data de abertura do procedimento o Município já não se encontrar nessa situação, o Tribunal de Contas colocou algumas questões. Assim sendo, vai ser enviada a documentação necessária para justificar a situação, que tem que ser acompanhada por uma deliberação da Assembleia Municipal, dado que se trata de um financiamento e todos os financiamentos têm de ser aprovados pela Assembleia. Mais disse que, o assunto podia ter sido presente na próxima Assembleia de abril, contudo o prazo termina a trinta de junho e, caso a resposta do Tribunal de Contas seja negativa, o cumprimento dos prazos pode estar em risco, podendo não haver tempo suficiente para se efetuar um novo procedimento.-----

-----Pedi a palavra o Senhor **Deputado José Miguel** e, no uso da mesma, pretendeu saber se este procedimento está ou não dependente do visto prévio do Tribunal de Contas. -----

-----O Técnico esclareceu que o Tribunal de Contas solicitou alguns esclarecimentos e a razão pela qual o assunto está presente para

aprovação desta Assembleia é para precaução, caso não haja o visto prévio do Tribunal, ainda terem tempo de efetuar um novo procedimento. ---

-----**Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou aprovar, por maioria, com vinte e dois votos a favor, três abstenções e oito votos contra, o pedido de autorização da contratualização do processo de *Leasing* para a aquisição de uma viatura elétrica Renault Kangoo de cinco lugares e uma viatura elétrica ZOE 50, no valor de 46.537,42€ + IVA, relativo ao procedimento de contratação ao abrigo do acordo quadro de fornecimento de veículos automóveis ecológicos (elétricos, Plug in e híbridos) – AQ/01/2017, nos termos do nº1 do art.º 49º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, e da alínea f) do nº 1 do art.º 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, ambos na sua atual redação.**-----

-----**Mais deliberou aprovar o pedido de autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais afetos ao contrato de *leasing*, nos termos da alínea c) do nº 6 da Lei nº 50/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação e da alínea b) do nº 1 do art.º 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.*-----

-----**11. LEASING PARA A AQUISIÇÃO DAS VIATURAS ELÉTRICAS (053.44.000115-3)**-----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão, o pedido de autorização da contratualização do processo de *leasing* para a aquisição das viaturas elétricas, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (10), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou aprovar, por maioria, com vinte e dois votos a favor, três abstenções e oito votos contra, o pedido de autorização da contratação do processo de *Leasing* para a aquisição de duas viaturas elétricas ZOE 50, no valor de 46.124,96€ + IVA, relativo ao procedimento de contratação ao abrigo do acordo quadro para aquisição de veículos ecológicos de limpeza urbana AQ/08/2017, nos termos do nº1 do art.º 49º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, e da alínea f) do nº 1 do art.º 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, ambos na sua atual redação. -----

-----Mais deliberou aprovar o pedido de autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais afetos ao contrato de *leasing*, nos termos da alínea c) do nº 6 da Lei nº 50/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação e da alínea b) do nº 1 do art.º 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, na sua atual redação. -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.* -----

-----Declaração de Voto de Vencido da bancada do Partido Socialista -----

-----“No âmbito da votação dos pontos 10 e 11 da Ordem do Dia, identificados, respetivamente, como «Leasing Aquisição de Viaturas Elétricas 123» e «Leasing Aquisição de Viaturas Elétricas 115», os membros do Grupo Parlamentar do Partido Socialista votaram contra as propostas em causa por terem dúvidas quanto à admissibilidade legal de promover a aprovação em causa antes de recebido o visto do Tribunal de Contas relativo aos procedimentos respetivos. Termos em que vêm requerer a junção do presente voto de vencido nos termos e para os efeitos do nº 3 do artigo 43º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

-----Celorico da Beira, 25 de fevereiro de 2022 -----

-----José Miguel Neves Figueiredo -----

-----Alexandra Isabel Henriques Sena -----

-----Francisco José Pereira Marques Cabral -----
-----Flávio Manuel Granjal de Sá-----
-----José Jorge Silva -----
-----António Santos -----
-----Ana Cláudia Rodrigues Marques -----
-----António Joaquim Fernandes Gomes” -----

-----**12. PROPOSTA DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL, POR SE MANTER O ENTENDIMENTO DE QUE NÃO ESTÃO REUNIDAS AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA O SEU EXERCÍCIO--**

-----Sobre o assunto em título, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão, a proposta de prorrogação do prazo de transferência de competências no domínio da ação social, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (11), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----Em relação a este assunto, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que tinha de ser deliberado, caso contrário teriam de aceitar tacitamente as competências em questão. Acontece que, entre a Câmara Municipal e a Segurança Social, houve o entendimento e a conveniência em prorrogar o prazo, visto que saiu um Decreto-Lei que permite a aceitação dessas competências até janeiro de dois mil e vinte e três. Tendo em conta que há algumas questões complexas, nomeadamente RSI, SAS e outras, em que estão a trabalhar funcionários de vários municípios, há uma necessidade de aprendizagem e uma responsabilização por parte da Segurança Social de formar e de fazer o devido acomodamento para transferir as competências. No entanto, poderão as mesmas ser assumidas em qualquer altura. -----

-----De seguida passou a palavra à Senhora Vice-Presidente, responsável pelo pelouro da Ação Social. -----

-----No uso da palavra, a Senhora **Vice-Presidente Teresa Cardoso** esclareceu que foi solicitado por parte da Segurança Social a criação de uma comissão de acompanhamento que iria receber formação para o exercício destas funções. Entretanto, a comissão foi constituída por uma componente política e uma componente técnica, nomeadamente a parte da Ação Social e da Informática, que deveria ter tido acompanhamento da Segurança Social para que fossem facultadas as palavras passe, para poderem trabalhar nas plataformas relativas ao SAS, que é o serviço de acompanhamento da Segurança Social, e à plataforma do RSI, que é outra das competências que passa para o Município, em que não há a atribuição dos subsídios, mas é feito o encaminhamento das pessoas. Acontece que até à presente data esse acompanhamento não se efetuou e, a própria Segurança Social, há poucos dias, publicou uma portaria em que assume essa falha. Ainda nesse âmbito deu conhecimento de uma reunião ocorrida com a Dr.^a Sandra Santos, da Segurança Social, que disse que, efetivamente, tinha havido uma ausência de formação, mas que iriam tentar colmatá-la o mais rápido possível. Face a esse motivo iria haver a possibilidade de prorrogarem essa transferência de competências até um de janeiro de dois mil e vinte e três, sendo certo que se até àquela data constatarem que já estão capacitados para exercer a competência poderão assumi-la a qualquer momento. Disse ainda que, no âmbito destas competências que vão ser transferidas para as Autarquias, a Segurança Social tinha protocolado com algumas associações o exercício dessas competências e estavam a ser exercidas por vários Municípios, por exemplo o serviço de acompanhamento estava a ser exercido conjuntamente por três Municípios protocolados por uma associação. Agora, o que se pretende é que esses três Municípios possam assumir as competências na mesma altura, para que não haja um desfasamento relativamente à associação que estava protocolada. Face a todas estas contingências, o Município entendeu que não estava devidamente capacitado para exercer as referidas

competências, daí que, atendendo ao Decreto-Lei que foi publicado, pretende-se que seja deliberado no sentido da prorrogação deste exercício de competências até um de janeiro de dois mil e vinte e três, salvaguardando a situação em que caso estejam capacitados para poder exercê-las, nomeadamente em termos de formação por parte da Segurança Social e em termos de capacidades, poderão assumi-las mais cedo do que a data prevista. -----

-----**Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, prorrogar até 01 de janeiro de 2023 a transferência das competências para a Autarquia no domínio da Ação Social, bem como que esta deliberação seja comunicada à Direção Geral das Autarquias Locais, até 14 de março de 2022.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.* -----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, eram vinte e três horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.

----- A Presidente da Mesa -----

----- A Primeira Secretária -----

----- O Segundo Secretário -----
